



A CIÊNCIA DA HISTÓRIA É A-HISTÓRICA: *ÉCRITS SUR L'HISTOIRE*, DE LOUIS ALTHUSSER

THE SCIENCE OF HISTORY IS A-HISTORICAL: ÉCRITS SUR L'HISTOIRE, BY LOUIS ALTHUSSER

Évelyn Caseira Nunes¹

Écrits sur l'histoire, traduzido para o português em 2022 como *Escritos sobre a história*, é um compilado de textos inéditos de Louis Althusser, composto por “Uma conversa sobre a história literária”, “Nota suplementar sobre a história”, “Sobre a gênese”, “Como alguma coisa de substancial pode mudar?”, “A Gretzky”, “Projeto de resposta a Pierre Vilar”, “Livro sobre o imperialismo”, “A propósito de Marx e a história” e “Sobre a história”. Do texto literário à reflexão sobre os problemas internos do Partido Comunista Francês (PCF) e aos extratos da obra sobre o imperialismo, livro que nunca chegou completo às mãos do leitor, a coletânea de textos inéditos enaltece o compromisso althusseriano com a prática teórica e a prática política marxista-leninista. Os textos em estado bruto, que frequentemente convidam o leitor a lapidá-los durante o próprio percurso, foram escritos entre 1963 e 1986, e percorrem as “fases” de maturação do althusserianismo, empreendendo uma jornada especulativa que nos dá indícios sobre o trabalho que permite germinar o materialismo aleatório segundo Althusser.

Neste breve comentário sobre os *Escritos*, opto por seguir o percurso olhando especificamente para a problemática da história e do objeto-tempo; tomo este último como eixo balizador das questões que Althusser desloca para o centro de sua reflexão. A teoria marxista, enquanto teoria que serve ao movimento operário, é uma ciência da história anti-historicista, que autoriza e impõe olhar para a falta, para o negativo, para o proscrito da história *ideal*, aquela produtora de linhas temporais lineares, simétricas e progressivas, apagando a contingência e a conjuntura sob a cronologia. A preocupação althusseriana em romper com o historicismo em todos os seus planos e expressões é o que parece impulsionar os *Escritos* no seu itinerário de duas décadas.

O texto que inaugura a coletânea, transcrito de um monólogo oral, apresenta um debate acerca de objetos culturais e estéticos circunscrito à problemática central dos *Escritos*:

¹Doutoranda em Letras (Estudos da Linguagem) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Letras (Estudos da Linguagem) pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

a história é não-patológica. Althusser desafia as bases da evidência cronológica, ou melhor, do *efeito* de evidência do Deus Cronos, apontando, assim, que na própria relação entre determinada formação social e aquilo que se considera como objeto estético há um elo ideológico que produz o reconhecimento deste objeto, contemporâneo ou não. Ou seja, a relação leitor-objeto/crítico-objeto, por mais que inscrita na história, nunca é histórica, no sentido de linear. Logo no primeiro texto já nos defrontamos com um ponto incontornável: para Althusser, apenas o marxismo é capaz de dar conta de uma relação não-historicista com objetos históricos.

Em “Nota suplementar sobre a história”, datado entre 1965 e 1966, Althusser expressa a necessidade epistemológica de definir, demarcar, o “objeto específico de uma teoria da história” (Althusser, 2022, p. 61). É a partir deste ponto que se concebe o histórico como componente irreduzível do tempo do modo de produção: a fabricação da suposta linearidade histórica como evidência, dos eventos históricos demarcáveis e da expressão de uma agência natural do indivíduo sobre a história são pilares da existência do modo de produção capitalista e da filosofia burguesa que o provê.

Aqui, nos deparamos com o fio condutor que nos levará até os últimos textos: “o objeto da teoria da história é, pois, a história ou o processo de existência (e de desenvolvimento ou de não desenvolvimento) dos diferentes modos de produção” (Althusser, 2022, p. 62). É o não desenvolvimento que permite teorizar cientificamente o desenvolvimento, a ausência completa da pré-determinação, ou seja, “a história dos resultados” em relação a “contra-história reprimida”, rompendo com qualquer possibilidade teleológica de gênese ou de fim da história.

Em “Sobre a gênese”, de 1966, localizamos o embrião do conceito althusseriano de “aleatório”, que encontra sua expressão máxima em 1982, no manuscrito “Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre”. A aposta teórica antecipada em “Sobre a gênese” é que “a teoria do encontro” ou “teoria da conjunção” deve substituir a categoria ideológica – e religiosa – de gênese. Althusser toma os elementos constituintes do modo de produção capitalista definidos por Marx em *O Capital* – capital-dinheiro acumulado, as forças de trabalho “livres” e as invenções técnicas – para sublinhar que estes elementos são completamente heterogêneos e independentes em sua genealogia. É, pois, o encontro aleatório destes elementos que “pegam” na estrutura e resultam em um produto determinado, neste caso, o modo de produção capitalista.

Não há, portanto, qualquer relação historicista, sequencial e linear entre os produtos: “[...] o modo de produção feudal não é o ‘pai’ do modo de produção capitalista no sentido de que o segundo seria, estaria contido *em germe* no primeiro” (Althusser, 2022, p. 64). A conjunção de elementos aleatórios de genealogias (“histórias”) totalmente diferentes na estrutura é a negação do mito de origem, da natureza teleológica. Ora, a concepção teórico-filosófica que autoriza subdividir a história através da demarcação de períodos e sequências causais não está deslocada ela mesma da prática política: o historicismo toma sua forma como parte da filosofia da história burguesa enquanto *relativismo-subjetivismo-empirismo* (Althusser, 2022, p. 73), que fortalece o voluntarismo e o quietismo em prática política.

O manuscrito “A Gretzky”, de 1973, é o ponto definitivo da bifurcação entre a ciência da história e o historicismo nos *Escritos*. A problemática do tempo, articulada com o objeto da teoria da história, produz este desvio irreversível: “o historicismo é uma forma, relativamente moderna, de uma velha tradição filosófica: o *relativismo temporal*. Ele pode ser considerado também, ao mesmo tempo, como a forma do *empirismo* no domínio do conhecimento da história” (Althusser, 2022, p. 73).

Neste ponto do pensamento althusseriano, é possível mover o próprio conceito de genealogia para este campo e pensar que as supostas leis da história tem trajeto, genealogia, mas isso não equivale, em nenhuma instância, ao conhecimento do objeto científico. O conhecimento da história não é histórico no sentido de que este objeto não pode ser tomado como expressão total e contingente de seu tempo, de seu período. O historicismo assim delimita: 1. tudo é histórico, 2. histórico designa o fato de que toda existência é relativa a um tempo e a condições temporais que mudam perpetuamente (Althusser, 2022, p. 77), ou seja, tudo passa, tudo muda, em diferentes períodos, é óbvio, é evidente; por ser evidente se denuncia ideológico.

A cara distinção althusseriana entre ciência e ideologia no âmbito da teoria da história se demarca então pela problemática do tempo. O objeto-tempo para a teoria marxista é o tempo *de* cada modo de produção, “dos ciclos da produção e da reprodução” (Althusser, 2022, p. 78). O marxismo ao negar o empirismo de origem, da natureza humana, sabe que a história é movida pela luta de classes, pelo elemento contraditório, que se edifica no processo de constituição, desaparecimento – e até mesmo não fixação – dos modos de produção em determinadas formações sociais, o que fundamenta seu objeto científico. *O marxismo não é um historicismo, ou é um a-historicismo.*

Logicamente, a tese althusseriana por uma ciência da história a-histórica, ou anti-historicista, repercutiu como polêmica ultrajante entre a maioria dos historiadores. É dessa polêmica que surge “Projeto de resposta: a Pierre Vilar” (datado entre 1972 e 1973). Nesse sentido, Althusser busca esclarecer a distinção entre o conhecimento da história (ciência) e as representações ideológicas da história (o fenômeno, o dado imediato): “[...] se a essência (ou o conhecimento) se reduzisse ao fenômeno (ao dado imediato), não seria preciso ciência [...]” (Althusser, 2022, p. 83); está em Marx, Althusser ratifica.

Confundir a ciência da história com o fenômeno histórico é o equívoco primogênito do historicismo. O anti-historicismo teórico estabelece que “os conceitos que dão o conhecimento da história não existem em estado imediato na história visível” e que “o conhecimento da história, sendo também ele totalmente um evento da história, não é histórico no sentido vulgar do termo, isto é, não é subjetivo ou relativo” (Althusser, 2022, p. 83). Ser uma ciência da história, afastar-se de qualquer concepção fenomenológica, sensorial, empírica, prevê uma posição anti-historicista em que o objeto não é evidente, mas um processo aleatório, contraditório e móvel, determinante do próprio tempo.

Se já concebemos, neste ponto, a inexistência de um Telos explicativo *sobre* a história, passamos, em definitivo, ao que se insinua logo nas primeiras linhas dos *Escritos*, e é retomado nos textos finais (“A propósito de Marx e a história”, datado de 1975, e “Sobre a história”, datado de 1986), àquilo que Althusser chama de “contra-história”. Nessa esteira, o filósofo indica, primeiramente, o caráter ampliado, ao mesmo tempo que severamente definido, do objeto da ciência promulgada por Marx: mais que o modo de produção capitalista – “ao qual ele é o primeiro a ter dado seu nome de modo de produção” (Althusser, 2022, p. 210) – Marx desenvolve a ciência da história, a análise sistemática da sucessão de modos de produção conduzidos pela luta de classes.

Nesse sentido, Althusser é enfático ao apontar o rompimento absoluto de Marx com toda filosofia da história, condição *sine qua non* para a escrita d’*O Capital*:

Pode-se dizer, por exemplo: a luta de classes é o motor da história, e graças à luta de classes – essa negatividade –, a história progride, de um modo de produção a outro, até seu fim, a supressão das classes e da luta de classes, cada modo de produção contendo *em si*, virtualmente, o modo de produção seguinte. Nesse caso, desenvolve-se uma concepção hegeliana do desenvolvimento dialético, ou uma concepção evolucionista dos estágios necessários, em suma, ter-se-á uma filosofia da história, em que a história é uma entidade, um Sujeito, dotado de Fim, de um Telos, que ela persegue desde as origens, através da exploração e da luta de classes. Numa tal concepção, a história tem sempre um sentido (nas duas acepções da palavra: um fim, uma significação). Essa concepção não é aquela de Marx. Se há astúcias *na* história (astúcias e derrisões), não há astúcia *da* história; se há sentido

na história, não há sentido *da* história. Essa distinção entre o *em* e o *de* é por vezes muito difícil de manter, é por vezes muito difícil guardar-se de confundir uma *tendência* atualmente dominante *na* história com o sentido *da* história, mas a integridade do materialismo de Marx tem por condição essa distinção (Althusser, 2022, p. 211).

O movimento progressivo de desenvolvimento da Ideia presente na dialética hegeliana convoca a própria homogeneidade do tempo, coerente em relação à totalidade do Espírito. A tópica de Marx rompe com este pressuposto idealista: no edifício da formação social, sustentado pela base econômica, determinante em última instância, repousam os andares da superestrutura política e ideológica. Sob a arbitragem da última instância, as demais jogam entre si; e, se estamos tratando de um edifício, sabemos que existem andares sobrepostos, estruturas, diferenciabilidade de articulação na relação entre os elementos. Eis a dialética marxista.

Althusser, em seu assíduo retorno a Marx, propõe a contra-história em oposição ao devir idealista do tempo histórico, a história vista como desenvolvimento constante, homogêneo, produtora de resultados cronologicamente recuperáveis. Ademais, retorna ao ponto de que relativismo/empirismo se denuncia como a expressão da filosofia da história burguesa, esta história rastreável, escrita, dos grandes feitos, é justamente aquela dos vitoriosos.

A história, tal como ela é comumente concebida, é a história dos *resultados* como as etapas do devir da forma presente, é a história dos *resultados retidos* pela história: não é a história dos não resultados, dos devires sem resultados e dos resultados sem devir, formas abortadas, formas recalçadas, formas mortas, em suma, falhas, não as falhas que a história retém, mas falhas que ela não retém. A história oficial, escrita em nossa tradição ocidental por e para a classe dominante, é a história de uma dominação, a qual esmaga a outra história, aquela das sombras e dos mortos (Althusser, 2022, p. 214).

É este clássico encontro althusseriano entre o pensamento filosófico e a prática política revolucionária que permite definir: *não há leis da história*. Existem, sim, lições da história, mas elas são aleatórias, imprevistas, irrepetíveis, “jamais a mesma situação, a mesma conjuntura” (Althusser, 2022, p. 221). A história dos resultados não é, dessa forma, negada, mas combinada à contra-história. A história negativa é o plano de fundo da história positiva, que permite pensar os desvios da suposta linearidade, os equívocos dos supostos períodos fechados, a evidência teleológica de início, meio e fim.

Notemos neste ponto, o movimento de retificação de Althusser em relação ao seu próprio fazer científico, quando em “A Gretzky” (1973) ainda considerava as supostas leis da história, em sua produção mais madura rompe efetivamente com este pressuposto. Na efervescência de sua produção, que culmina em 1982 no texto “Le courant souterrain du

matérialisme de la rencontre”, testemunhamos o laboratório do materialismo aleatório althusseriano em suas idas e vindas, revisões e comprovações; Althusser em sua prática teórica, confrontando e confrontado pela falsa evidência da linearidade, no limite, pelo fazer desenvolver a ciência marxista, questão tão cara ao althusserianismo.

O “Livro sobre o imperialismo” atesta a preocupação althusseriana com o avanço dos conceitos e da teoria revolucionária. Afinal, Althusser retoma e amplifica a problemática de Lênin (*Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*), aproximando-a da fórmula de Engels: “ou o socialismo, ou a barbárie” (Althusser, 2022, p. 87). O imperialismo é o último estágio da história porque é o último estágio do capitalismo; o modo de produção capitalista, a partir do imperialismo, pode apenas putreficar em sua auto-gestão de crises inesgotáveis. Assim sendo, a história não tende naturalmente para o socialismo. No fim do capitalismo, não há o modo de produção comunista pronto para fazer com que o homem encontre sua natureza, sua essência, como pretendem os idealistas. Apenas se a luta de classes proletária for conduzida para atingir à revolução socialista e assim alçar a “longa marcha” para o comunismo é que podemos calçar um resultado outro que não a barbárie.

Ponto central deste manuscrito é a diferenciação de formação social e modo de produção. Althusser é categórico ao afirmar que, para Marx, um modo de produção tem apenas *uma* única relação, a relação de produção, no singular. Assim, as outras relações tomam lugar de efeito *da* relação; isto é, as relações sociais são determinadas pela relação de produção do modo de produção dominante que define as classes antagonistas que o constituem. Não há história sem ser a das formações sociais, porque não há história sem ser a dos modos de produção, principalmente, em sua negatividade, não fixação, a-história.

A denúncia althusseriana dos desvios burgueses no interior do marxismo dá-se em várias instâncias, mas, principalmente, em uma problemática que coloca a concepção de história e o objeto-tempo no núcleo da reflexão: a natureza das coisas, o evolucionismo histórico. Em forma de reformismo e revisionismo, a ideologia burguesa adentra o movimento operário e sua expressão teórica, o marxismo, para dizer que “está na natureza das coisas, uma vez que pela natureza das coisas burguesas se substituiu a história conflitiva da luta de classes” (Althusser, 2022, p. 176). Aqui, ironicamente, utiliza-se Lênin como totem de uma formulação propriamente burguesa: se o imperialismo é o último estágio, estamos chegando ao fim, logo se encontrará o socialismo.

Far-se-á desfilar todos os modos de produção na grande Avenida da História, uns após os outros, o primeiro empurrando o segundo diante dele, o segundo, o terceiro

etc., até o modo de produção capitalista, que empurra diante dele seu próprio devir (longínquo), o modo de produção comunista. A história enfileira-se assim como pérolas. Ou ela engendra-se como nas belas genealogias dos grandes mitos de Hesíodo ou do Antigo Testamento: um tal engendrou um tal, que engendrou um tal e ao infinito. (Althusser, 2022, p. 177)

Portanto, seja amparado por Marx, Engels ou Lênin, ora para retificar, ora para ratificar, Althusser faz desenvolver a ciência da história em sua vigilância atenta à interdependência entre prática teórica e prática política revolucionária. Romper com o historicismo, com o relativismo e com o idealismo em filosofia é romper com a filosofia da história burguesa, o que pressupõe o rompimento com o revisionismo e o reformismo no interior da prática política marxista, do movimento revolucionário.

A filosofia da história burguesa é ideológica, seu objeto é o fenômeno, o dado imediato, a certeza da evidência e da resposta rastreável no próprio fenômeno. O devir histórico alimenta a evidência ideológica da uniformidade da história burguesa, o tempo uniforme do modo de produção capitalista impõe a história, única possível. A ciência da história é a-histórica (*o marxismo é um a-historicismo*) – ou uma contra-história – porque seu objeto é o tempo *de* cada modo de produção em sua falha, em sua não-fixação, em seus lapsos e suas lacunas. É no aleatório da contradição que floresce a possibilidade do elemento revolucionário; não como pote de ouro no fim da história, mas como constitutivo do movimento histórico da relação de produção que autoriza classes antagônicas, que prevê a *luta de classes como motor da história*.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Escritos sobre a história**. Tradução de Diego Lanciote. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

Recebido em: 03/12/2025; **Aceito em:** 25/12/2025.